

CONTRATO Nº. 2022.02.11-0008

Pelo presente instrumento, o Município de Tabuleiro do Norte/CE, através da **Secretaria de Educação Básica**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº. 07.891.682/0001-19 com sede na Rua Padre Clicério, 4605, São Francisco, Tabuleiro do Norte/CE, neste ato representado pela Sra. Irinéia Olímpio de Souza, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa **REFORMAR CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº. **29.186.782/0001-87**, com sede na Rua: Cel. Tibúrcio, Nº 494, Bairro: Girilândia, CEP: 62.940-000 Morada Nova/CE, neste ato representada pelo Sr. Marques Rabelo da Silva, inscrito no CPF Nº. 355.505.703-00 portador da carteira de identidade nº1103430-86 SSP-CE, doravante denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. Constitui o objeto do presente contrato AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato é originário da **Ata de Registro de Preços Nº. 20210216 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 21.01.01/2021-SRP**, devidamente homologado pela Sra. Irinéia Olímpio de Souza – Secretária de Educação Básica e as prescrições da Lei Nº. 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Nº. 8.666/93, que passam a fazer parte integrante do presente contato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. O presente contrato tem o valor global de **R\$ 171.135,32 (Cento e Setenta e Um Mil e Cento e Trinta e Cinco Reais e Trinta e Dois Centavos)**, a ser pago na proporção da entrega dos bens, segundo as autorizações de fornecimento/ordens de compra expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta de preços adjudicada.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	CRECHE	FUND.	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	ADAPTADOR PVC ROSCÁVEL / SÓLDAVEL 25 mm ou ¾"	Unidade	KRONA	5	15	20	R\$ 0,91	R\$ 18,20
2	ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACIA	Unidade	ASTRA	5	15	20	R\$ 9,01	R\$ 180,20
3	AREIA	Metro Cúbico	LAVADA	60	100	160	R\$ 67,25	R\$ 10.760,00
4	ARGAMASSA - CIMENTO COLA EXTERNO (TIPO ACII)	Pacote	QUARTZOLIT	50	80	130	R\$ 16,50	R\$ 2.145,00
5	ASSENTO PARA SANITÁRIO BRANCO	Unidade	HERC	5	15	20	R\$ 44,10	R\$ 882,00
6	BACIA CONVENCIONAL BRANCA	Unidade	LUZARTE	10	15	25	R\$ 133,69	R\$ 3.342,25
7	BRITA	Metro Cúbico	ACEBRITA	20	100	120	R\$ 126,72	R\$ 15.206,40
8	CABO FLEXÍVEL AZUL DE 2,5MM ROLO DE 100M	Unidade	MEGATRON	10	25	35	R\$ 315,00	R\$ 11.025,00
9	CABO PARA PINTURA	Unidade	ATLAS	2	3	5	R\$ 31,00	R\$ 155,00
10	CAIBO DE MADEIRA 4,5	Metro	MISTA	40	80	120	R\$ 5,78	R\$ 693,60
11	CAIXA D'ÁGUA COM TAMPA 1000L POLIETILENO	Unidade	FORTLEV	2	4	6	R\$ 267,49	R\$ 1.604,94



12	CAIXA D'ÁGUA COM TAMPA 2000L POLIETILENO	Unidade	FORTLEV		1	1	R\$ 969,03	R\$ 969,03
13	CAIXA D'ÁGUA COM TAMPA 3000L POLIETILENO	Unidade	FORTLEV		1	1	R\$ 1.157,28	R\$ 1.157,28
14	CAIXA D'ÁGUA COM TAMPA 5000L POLIETILENO	Unidade	FORTLEV		1	1	R\$ 1.771,29	R\$ 1.771,29
15	CAIXA D'ÁGUA COM TAMPA 500L POLIETILENO	Unidade	FORTLEV	2	4	6	R\$ 199,53	R\$ 1.197,18
16	CAIXA DE DESCARGA COM ENGAT BRANCA, 9 LT	Unidade	ASTRA	5	15	20	R\$ 27,29	R\$ 545,80
17	CAIXA DE LUZ 2X4 PLÁSTICA AMARELA	Unidade	ROMAZI	10	30	40	R\$ 1,25	R\$ 50,00
18	CAIXA DE LUZ 2X4 PLÁSTICA PRETA	Unidade	ROMAZI	10	30	40	R\$ 1,36	R\$ 54,40
19	CAL SUPERCAL 5KG	Pacote	HIDRACOR	50	200	250	R\$ 10,57	R\$ 2.642,50
20	CANO PVC 25MM	Unidade	KRONA	10	25	35	R\$ 13,82	R\$ 483,70
21	CANO PVC 40MM	Unidade	KRONA	10	10	20	R\$ 34,53	R\$ 690,60
22	CANO PVC PARA ESGOTO 100 mm ou 4" 6m	Unidade	KRONA	10	35	45	R\$ 45,46	R\$ 2.045,70
23	CANO PVC PARA ESGOTO 150 mm ou 6" 6m	Unidade	KRONA	3	7	10	R\$ 134,31	R\$ 1.343,10
24	CHUVEIRO SIMPLES	Unidade	KRONA	5	15	20	R\$ 15,85	R\$ 317,00
25	CIMENTO COMUM SACO COM 50KG	Saco	MIZU	100	130	230	R\$ 30,19	R\$ 6.943,70
26	COLA DE CONTATO ADESIVO FORMICA 2,8KG BORRACHA, COURO E MADEIRA	Galão	AMAZONAS	1	2	3	R\$ 86,56	R\$ 259,68
27	COLA PARA CANOS DE PVC	Unidade	POLYTUBES	10	15	25	R\$ 5,74	R\$ 143,50
28	COLUNA PARA LAVATÓRIO BRANCO	Unidade	LUZARTE	10	20	30	R\$ 53,95	R\$ 1.618,50
29	CONDUÍTE CORRUGADO 1/2"	Rolo	KRONA	2	6	8	R\$ 54,47	R\$ 435,76
30	CONDUITE CORRUGADO 3/4	Rolo	KRONA	2	6	8	R\$ 55,71	R\$ 445,68
31	CONJUNTO 1 INTERRUPTOR SIMPLES + 1 TOMADA 2P+T 10A	Unidade	ROMAZI	10	40	50	R\$ 12,75	R\$ 637,50
32	CONJUNTO 1 INTERRUPTOR SIMPLES + 1 TOMADA 2P+T 20A	Unidade	ROMAZI	20	30	50	R\$ 14,96	R\$ 748,00
33	CORANTE LIQUIDO VD 34ML, VARIAS CORES	Unidade	HIDRACOR	10	40	50	R\$ 5,32	R\$ 266,00
34	ENGATE 50CM 1/2	Unidade	ASTRA	5	20	25	R\$ 6,30	R\$ 157,50
35	ENGATE FLEXÍVEL 1/2X50CM	Unidade	ASTRA	5	10	15	R\$ 6,16	R\$ 92,40
36	ESPUDE PARA LIGAÇÃO DE VASO SANITÁRIO	Unidade	POLYTUBES	5	20	25	R\$ 5,72	R\$ 143,00
37	FECHADURA EXTERNA DE CILINDRO CROMADA 40X53 INOX BROCA 40X53. COM CILINDRO INTEIRIÇO CROMADO	Unidade	SOPRANO	10	15	25	R\$ 51,01	R\$ 1.275,25
38	FECHADURA PARA BANHEIRO ROSETA AÇO 40MM CROMADO	Unidade	SOPRANO	10	15	25	R\$ 43,79	R\$ 1.094,75
39	FERRO 3/8	Vara	AÇO CEARENSE	10	30	40	R\$ 45,77	R\$ 1.830,80
40	FERRO 5/16	Vara	AÇO CEARENSE	10	30	40	R\$ 59,22	R\$ 2.368,80
41	FERRO PARA ESTRIBO	Vara	AÇO CEARENSE	5	15	20	R\$ 30,41	R\$ 608,20
42	FILTRO DE LINHAS 5 ENTRADAS	Unidade	INDUSAT	5	10	15	R\$ 26,93	R\$ 403,95
43	FIO FLEXÍVEL DE 4MM C/100M	Rolo	MEGATRON	1	1	2	R\$ 282,00	R\$ 564,00
44	FITA ISOLANTE PRETA 10M 750V	Unidade	3M	5	15	20	R\$ 3,49	R\$ 69,80

45	FITA VEDA ROSCA 18MMX50M	Unidade	KRONA	5	20	25	R\$ 6,87	R\$ 171,75
46	FORMICA LOUSA BRANCA LW75 3080X1250X1MM	Folha	FORMICA	5	10	15	R\$ 180,97	R\$ 2.714,55
47	JANELA BASCULANTE 1 SEÇÃO DE ALUMÍNIO 0,40X0,40	Unidade	ALUMITEMP	5	10	15	R\$ 49,70	R\$ 745,50
48	JANELA BASCULANTE 1 SEÇÃO DE ALUMÍNIO 0,40X0,60	Unidade	ALUMITEMP	5	10	15	R\$ 80,13	R\$ 1.201,95
49	JANELA BASCULANTE 1 SEÇÃO DE ALUMÍNIO 0,60X0,60	Unidade	ALUMITEMP	5	10	15	R\$ 102,59	R\$ 1.538,85
50	JANELA BASCULANTE 1 SEÇÃO DE ALUMÍNIO 0,60X0,80	Unidade	ALUMITEMP	5	10	15	R\$ 157,90	R\$ 2.368,50
51	JANELA BASCULANTE 1 SEÇÃO DE ALUMÍNIO 0,60X1,00	Unidade	ALUMITEMP	5	10	15	R\$ 187,42	R\$ 2.811,30
52	JANELA DE ALUMÍNIO 50CMX50CM	Unidade	ALUMITEMP	5	5	10	R\$ 136,57	R\$ 1.365,70
53	JANELA VENEZIANA DE MADEIRA 1,20X1,00M	Unidade	MISTA	5	7	12	R\$ 286,30	R\$ 3.435,60
54	JOELHO 90° ESG 100MM	Unidade	KRONA	10	35	45	R\$ 4,90	R\$ 220,50
55	JOELHO 90° ESG 50MM	Unidade	KRONA	10	35	45	R\$ 3,15	R\$ 141,75
56	JOELHO COM BUCHA DE LATÃO 25MMX1/2	Unidade	KRONA	20	35	55	R\$ 4,03	R\$ 221,65
57	JOELHO PVC ¼ 90°	Unidade	KRONA	10	35	45	R\$ 1,46	R\$ 65,70
58	LÂMPADA LED 12W	Unidade	AVANT	10	40	50	R\$ 14,85	R\$ 742,50
59	LÂMPADA LED 17W	Unidade	AVANT	10	40	50	R\$ 20,20	R\$ 1.010,00
60	LÂMPADA LED 9W	Unidade	AVANT	10	40	50	R\$ 10,90	R\$ 545,00
61	LAVATÓRIO PARA COLUNA BRANCO	Unidade	LUZARTE	5	20	25	R\$ 62,51	R\$ 1.562,75
62	LINHA MASSARANDUBA 6X12	Metro	MISTA	50	30	80	R\$ 26,56	R\$ 2.124,80
63	LIXA PARA PAREDE 225X275	Unidade	TATU	10	30	40	R\$ 1,91	R\$ 76,40
64	LIXAS DE FERRO Nº150	Unidade	TATU	10	30	40	R\$ 2,88	R\$ 115,20
65	LIXAS FINAS PARA FERRO Nº80	Unidade	TATU	10	30	40	R\$ 2,42	R\$ 96,80
66	LUVA LISA ROSCA SOLDÁVEL 25/3/4	Unidade	KRONA	10	30	40	R\$ 0,62	R\$ 24,80
67	MASSA CORRIDA 18L	Litro	FORTEX	10	20	30	R\$ 56,47	R\$ 1.694,10
68	MASSA CORRIDA PVA BRANCO, 27KG	Litro	FORTEX	20	60	80	R\$ 53,99	R\$ 4.319,20
69	OBTURADOR DE SAÍDA DÁGUA PARA CAIXA ACOPLADA	Unidade	ASTRA	5	20	25	R\$ 14,99	R\$ 374,75
70	PARAFUSO DE FIXAÇÃO PARA LAVATÓRIO BUCHA 10MM	Unidade	ICA	10	40	50	R\$ 1,25	R\$ 62,50
71	PARAFUSO PARA FIXAÇÃO DE VASOS SANITÁRIOS E TANQUES Nº 12	Unidade	ICA	10	40	50	R\$ 1,30	R\$ 65,00
72	PISO CERÂMICO ESMALTADO BORDA ARREDONDADA CAIXA 46 CM X46 CM	Metro	CERBRAS	50	180	230	R\$ 36,75	R\$ 8.452,50
73	PLAFON BIVOLT BRANCO	Unidade	FORTLUX	10	15	25	R\$ 5,28	R\$ 132,00
74	PORTA DE MADEIRA ALMOFADA MADEIRA MISTA 60CMX 2,10M	Unidade	MISTA	5	8	13	R\$ 318,02	R\$ 4.134,26
75	PORTA DE MADEIRA ALMOFADA MADEIRA MISTA 80CMX 2,10M	Unidade	MISTA	5	8	13	R\$ 416,67	R\$ 5.416,71
76	PORTA DE MADEIRA DO PARANÁ 60cm x 2,10m	Unidade	PARANÁ	4	5	9	R\$ 179,29	R\$ 1.613,61
77	PORTA DE MADEIRA DO PARANÁ 80cm x 2,10 m	Unidade	PARANÁ	4	5	9	R\$ 222,40	R\$ 2.001,60



78	REGISTRO DE PRESSÃO 3-4 COM ACABAMENTO	Unidade	DELTA	4	15	19	R\$ 42,29	R\$ 803,51
79	REJUNTAMENTO FLEXÍVEL C2	Unidade	QUARTZOLIT	40	50	90	R\$ 5,70	R\$ 513,00
80	ROLO PARA PINTURA COM LA PROFISSIONAL	Unidade	ATLAS	2	3	5	R\$ 13,96	R\$ 69,80
81	SIFÃO SIMPLES	Unidade	KRONA	5	25	30	R\$ 6,29	R\$ 188,70
82	SIFÃO TUBO EXTENSIVO DUPLO	Unidade	KRONA	5	20	25	R\$ 13,93	R\$ 348,25
83	SOLVENTE LITRO	Unidade	SOLTEX	5	10	15	R\$ 11,97	R\$ 179,55
84	SOQUETE PARA PLAFON	Unidade	ROMAZI	5	20	25	R\$ 4,08	R\$ 102,00
85	TE 90° SOLDAVEL 50MM ESG	Unidade	KRONA	10	30	40	R\$ 6,45	R\$ 258,00
86	TE 90° SOLDAVEL COM BUCHA DE LATÃO 1/2" X 25MM	Unidade	KRONA	10	30	40	R\$ 7,89	R\$ 315,60
87	TE PVC PARA ESGOTO 100M OU 4"	Unidade	KRONA	10	30	40	R\$ 11,67	R\$ 466,80
88	TE SOLD 25MM 3/4"	Unidade	KRONA	10	30	40	R\$ 1,22	R\$ 48,80
89	TELHA CERAMICA	Unidade	RUSSAS	5000	10000	15000	R\$ 0,78	R\$ 11.700,00
90	TIJOLO CERAMICA 8 FUROS	Unidade	NOBRE	5000	10000	15000	R\$ 0,81	R\$ 12.150,00
91	TINTA LÁTEX 18L BRANCO FOSCO	Litro	FORTEX	10	20	30	R\$ 104,63	R\$ 3.138,90
92	TINTA LÁTEX 18L FOSCO VARIAS CORES	Litro	FORTEX	10	18	28	R\$ 89,55	R\$ 2.507,40
93	TINTA LÁTEX BRANCA 18L	Litro	FORTEX	10	30	40	R\$ 85,21	R\$ 3.408,40
94	TINTA SPRAY NA COR PRETA	Unidade	FORTEX	5	10	15	R\$ 18,40	R\$ 276,00
95	TOMADA INTERNA DE 3P	Unidade	ROMAZI	5	10	15	R\$ 6,11	R\$ 91,65
96	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO CROMADA	Unidade	DELTA	10	15	25	R\$ 32,74	R\$ 818,50
97	TRELIÇA DE 6M DE COMPRIMENTO	Unidade	AÇO CEARENSE	10	25	35	R\$ 42,22	R\$ 1.477,70
98	TRINCHA MÉDIA PARA PINTURA 2"-50,8MM	Unidade	ATLAS	1	1	2	R\$ 9,67	R\$ 19,34
99	TUBO PARA VÁLVULA DE DESCARGA 40CM	Unidade	ASTRA	10	25	35	R\$ 13,95	R\$ 488,25
100	TUBO PVC ESG-MARROM D= 25MM (3/4)	Unidade	KRONA	5	30	35	R\$ 12,77	R\$ 446,95
101	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO CROMADA SEM LADRÃO	Unidade	ASTRA	10	15	25	R\$ 14,54	R\$ 363,50
VALOR TOTAL								R\$ 171.135,32

3.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após entrega do produto, conforme verificação do mesmo pelo setor responsável e após o encaminhamento da documentação tratada no caput desta cláusula, observadas as disposições editalícias.

3.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

3.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos Produtos entregues.

3.4.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

3.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

3.5.1. Não produziu os resultados acordados;



- 3.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 3.6. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 3.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 3.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 3.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 3.10 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.
- 3.11 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.
- 3.12- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O contrato terá um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2022, a partir da data da assinatura, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 e incisos da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

- 5.1 - As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da dotação orçamentária Nº **0902.12.361.0003.2.057** – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO FUNDAMENTAL, **0902.12.365.0003.2.063** – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO INFANTIL. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material Consumo, com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PMTN, consignados no Orçamento de 2022.

CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

a) DA CONTRATANTE

- 6.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 6.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 6.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 6.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/ Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

b) DA CONTRATADA

- 6.1-Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;



- 6.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 6.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- 6.5 – Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 6.6 – Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.7 – Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do contrato.
- 6.8 – Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 6.9 – Responsabiliza-se pela qualidade físico-química e sanitária dos produtos entregues.
- 6.10 – Observar a legislação em vigor no que diz respeito à rotulagem do produto, inclusive a nutricional.
- 6.11 – Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.
- 6.12 – Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
- 6.13 - A entrega dos produtos devem se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento das atividades administrativas do Município de Tabuleiro do Norte/CE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ENTREGA, FISCALIZAÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO

- 7.1. Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelo art. 65 da Lei Nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.
- 7.2. Entregar os produtos licitados no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo Município de Tabuleiro do Norte – CE, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- 7.3. A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, ao qual, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 7.3.1 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.



7.3.2 – O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, “d” da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, erro, imperfeição ou mora na execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará, segundo a extensão ou falta, sujeita às seguintes sanções administrativas, além de outras penalidades determinadas na Lei 8.666/93 ou na legislação de regência:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte - PMTN, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição limitada a 05 (cinco) anos ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade da CONTRATANTE que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada com base no art. 48, inciso III. A reabilitação da CONTRATANTE que sofrer esta penalidade poderá ser por esta requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação;

V - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar o termo de contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital das demais cominações legais.

§ 1º - Para possibilitar a melhor aplicação das sanções estabelecidas no art. 48, tendo por base os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da interpretação sistemática e teleológica e, ainda, da interpretação da lei conforme a Constituição, as irregularidades eventualmente cometidas pela CONTRATADA serão assim definidas:

I - **FALTAS LEVES:** caracterizadas pela execução irregular ou descumprimento de obrigações que não acarretem em prejuízos relevantes para a Administração, nem inviabilizem a prestação do serviço, puníveis com advertência;

II - **FALTAS GRAVES:** caracterizadas como aquelas que acarretem transtornos significativos à Administração ou que inviabilizem, total ou parcialmente, a execução do Contrato, notadamente em decorrência de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, puníveis com advertência e suspensão;

III - **FALTAS GRAVÍSSIMAS:** caracterizam-se pela inexecução total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando totalmente a execução do Contrato em decorrência de conduta dolosa da CONTRATADA, decorrente de fraudes na licitação ou na execução do Contrato, puníveis com declaração de inidoneidade.





§ 2º - Ao longo da vigência do contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade;

§ 3º - As Multas serão aplicadas nas hipóteses de faltas leves, graves e gravíssimas, nas seguintes modalidades, sem prejuízo de outras sanções previstas neste Edital:

I - Moratória no percentual de 0,5 % (meio por cento) por dia de inadimplência, calculada sobre o valor global do contrato, limitada 10% (dez por cento) ou seja, por 20 (vinte) dias, caso a CONTRATADA não inicie o serviço no prazo estipulado e nas condições avençadas;

II - Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo mencionado no inciso I, do § 3º, o que poderá ensejar a rescisão do Contrato;

III - Moratória, no percentual de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, até o limite máximo de 10% (dez por cento);

IV - Compensatória de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato por faltas graves e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

V - Compensatória de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total deste, com ou sem prejuízo para a PMTN/CE;

§ 4º - A Suspensão nas hipóteses de faltas graves e gravíssimas, entre as quais:

I - Não apresentação, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, dos documentos exigidos;

II - Não assinatura do Contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

III - Não manutenção da proposta;

IV - Retardamento injustificado na execução do seu objeto;

V - Reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

VI - Manutenção da inadimplência após vencido o prazo da Advertência;

VII - Falha grave na execução do Contrato;

§ 5º - A Declaração de inidoneidade nas hipóteses de faltas gravíssimas:

I - Comportar-se de modo inidôneo;

II - Cometer fraude fiscal;

III - Fraudar na execução do Contrato.

§ 6º - A penalidade de suspensão poderá ser aplicada pelos seguintes prazos:

I - Por até 30 (trinta) dias, pelo cometimento da falta relativa aos Incisos V, VI do § 4º;

II - Por até 90 (noventa) dias, pelo cometimento das faltas relativas aos Incisos I, II do § 4º;

III - Por até 12 (doze) meses, pelo cometimento das faltas relativas aos Incisos III e IV do § 4º;

IV - Por até 24 (vinte e quatro) meses, por falhar gravemente na execução do serviço relativa ao Inciso VII do § 4º;

§ 7º - A penalidade de inidoneidade será aplicada por até 5 (cinco) anos quando:

I - A licitante apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados no Contrato, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

II - Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação;

III - Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

§ 8º - O atraso injustificado na execução do Contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, bem como não manter atualizada todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, deverá ensejar a rescisão do Contrato, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa nos percentuais e graduações aplicáveis à ocorrência;

§ 9º - As multas aplicadas serão descontadas da Fatura/Nota Fiscal, da garantia ou de crédito existente na PMTN/CE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior aos créditos existentes, a CONTRATADA deverá recolhê-las, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante DAM em favor da Prefeitura



- Municipal de Tabuleiro do Norte, a contar da data da comunicação oficial para pagamento. No caso de não pagamento, o valor complementar será cobrado judicialmente, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês;
- § 10º - Os prazos de adimplimento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar;
- § 11º - O pedido de prorrogação do prazo para início da execução do serviço não terá efeito suspensivo e deverá ser encaminhado por escrito, antes de expirado o prazo contratual, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA, competindo a autoridade competente gestora do contrato a concessão da prorrogação pleiteada;
- § 12º - Compete a autoridade competente – gestora do contrato a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula;
- § 13º - Da aplicação das penalidades previstas nos Incisos I, II e III do art. 48 do Decreto Municipal, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado; da penalidade prevista no Inciso IV do mesmo art., caberá pedido de reconsideração de decisão ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato;
- § 14º - As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no art. 48 do Decreto Municipal, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do CONTRATADO no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- § 15º - As penalidades serão obrigatoriamente registradas na imprensa oficial e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração pública;
- § 16º - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos Incisos III e IV do art. 48 do Decreto Municipal, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na imprensa oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

9.1 - As partes declaram, neste ato, que conhecem e entendem os termos da Lei nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) e sua legislação correlata e estão cientes que na execução do instrumento convocatório é vedado às partes incluindo seus empregados, prepostos e/ou gestores:

- I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II - Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;
- III - Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do instrumento convocatório, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- IV - Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato; ou,
- V - De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o presente contrato.

CLÁUSULA DECIMA – DA RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;

§ 1º - A Rescisão de contrato poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da lei 8.666/93, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto no art. 109, “I”, letra “e”, da mesma lei;

II - Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a contratante, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecimento no § 1º do art. 79 da Lei 8.666/93;

III - Judicial, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - A Rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

§ 3º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e ampla defesa.

§ 4º - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

I - O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

III - A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado do início de serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

V - A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VIII - A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

IX - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

X - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

XI - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

XII - A supressão, por parte da Administração, dos materiais, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em caso de não concordância por parte do licitante;

XIII - A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XIV - A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XV - O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XVI - O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

XVII - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



11.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e a proposta licitatória.

11.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no art. 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

11.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo Município de Tabuleiro do Norte –CE ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei Nº. 8.666/93.

11.5. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

11.6. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

11.7. O Município de Tabuleiro do Norte –CE rejeitará, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com os termos do termo de referência, da proposta de preços e deste contrato.

11.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta de preços adjudicada.

11.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato da Secretaria de Educação Básica, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. O foro da Comarca de Tabuleiro do Norte – CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Tabuleiro do Norte-CE, 11 de fevereiro de 2022.

MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CNPJ Nº. 07.891.682/0001-19

RAIMÚNDIA OLÍMPIO DE SOUZA

CONTRATANTE

REFORMAR
CONSTRUCOES
LTDA:29186782000187

Assinado de forma digital por
REFORMAR CONSTRUCOES
LTDA:29186782000187
Dados: 2022.02.15 15:20:05
-03'00'

REFORMAR CONSTRUÇÕES LTDA – ME

CNPJ Nº. 29.186.782/0001-87

MARQUES RABELO DA SILVA

CPF Nº. 355.505.703-00

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01 NOME Raimundo R de Souza CPF Nº: 054.520.703-12

02 NOME Raimunda-faustina M Lourenço CPF Nº: 014410.033-98